



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CABEDELO**

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ANDREIA DA SILVA

**O DESAFIO DO ENSINO DE LIBRAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO:
LIBRAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**CABEDELO-PB
2023**

ANDREIA DA SILVA

**O DESAFIO DO ENSINO DE LIBRAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO:
LIBRAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Polo Cabedelo, da Universidade Aberta do Brasil, como requisito parcial para obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Eveline Alvarez dos Santos

**CABEDELO-PB
2023**

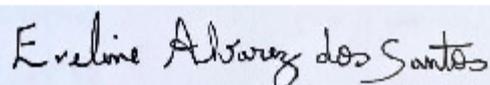
FOLHA DE APROVAÇÃO

Andreia da Silva

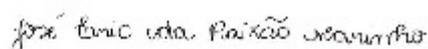
**O Desafio do Ensino de Libras no Processo de Alfabetização: Libras na Educação
Profissional e Tecnológica**

**Trabalho de conclusão de curso elaborado como requisito parcial avaliativo para
a obtenção do título de especialista no curso de Especialização em Docência EPT ,
campus Cabedelo, e aprovado pela banca examinadora.**

Cabedelo, 21 de Junho de 2022.



Orientadora: Eveline Alvarez dos Santos



Membro do IFPB: José Eric da Paixão Marinho



Membro da Comissão: Francisco Vieira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação – na – Publicação – (CIP)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB

S586d Silva, Andreia da.

O desafio do ensino de libras no processo de alfabetização: libras na educação profissional e tecnológica. /Andreia da Silva. - Cabedelo, 2023.

19 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica.) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB.

Orientadora: Profa. Eveline Alvarez dos Santos

1. Ensino de libras. 2. Tecnologias. 3. Educação de surdos.

I. Título.

CDU 37:656.05

RESUMO

Esta pesquisa objetiva fomentar a discussão sobre a implementação da educação profissional e tecnológica inclusiva nas instituições de ensino, frente aos desafios das pessoas surdas. Muitos desafios que envolvem o ensino para os surdos vêm sendo realizados no campo da educação e, conseqüentemente, nos cursos de educação de formação de professores. Este estudo apresenta indícios significativos de que a formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda o tema inclusão. Há muitas pessoas surdas que precisam se profissionalizar nos cursos técnicos para ter acesso ao mercado de trabalho. Na cidade de Resende, interior do Rio de Janeiro, foi observado propor um curso de extensão de Libras para profissionais do curso de mecânica do SENAI. A instituição abriu vagas para o curso de qualificação de mecânica e percebeu, na inscrição do curso, que havia recebido inscrições de pessoas com deficiência auditiva. Dessa forma, observou-se que era necessário fazer algo para ajudar esses novos estudantes. A partir disso e de outras análises, podemos concluir quanto é necessário incrementar o ensino de Libras e, para isso, a legislação regulamentada deve ser, de fato, cumprida. Para os profissionais que trabalham nesta área, a Libras é essencial para despertar questionamentos, reflexões e transformações junto aos alunos surdos.

Palavras-chave: tecnologias; surdos; libras; educação de surdos.

ABSTRACT

This research aims to encourage discussion about the implementation of inclusive professional and technological education in educational institutions, facing the challenges of deaf people. Many challenges involving teaching the deaf have been addressed in the field of education and, consequently, in teacher training education courses. This study presents significant evidence that teacher training is an aspect that deserves emphasis when addressing the topic of inclusion. There are many deaf people who need to take professional courses in technical courses to gain access to the job market. In the city of Resende, in the interior of Rio de Janeiro, it was observed that a Libras extension course was proposed for professionals on the SENAI mechanics course. The institution opened vacancies for the mechanics qualification course and realized, when registering for the course, that it had received applications from people with hearing impairments. Therefore, it was observed that it was necessary to do something to help these new students. From this and other analyses, we can conclude how necessary it is to increase the teaching of Libras and, to achieve this, the regulated legislation must, in fact, be complied with. For professionals working in this area, Libras is essential to spark questions, reflections and transformations among deaf students.

Keywords: technologies; deaf; pounds; deaf education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
1.1 OBJETIVOS	07
1.1 GERAL.....	07
1.1.2 ESPECÍFICOS.....	07
2 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.....	07
3 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL.....	09
4 METODOLOGIA.....	11
5 RESULTADO DA PESQUISA.....	11
6 CONCLUSÃO.....	12
7 REFERÊNCIA.....	13

1 INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos, os movimentos relativos às pessoas surdas estão conquistando vários espaços na educação de surdos e na Língua Brasileira de Sinais. A busca por uma alfabetização de qualidade demanda dos profissionais uma preparação relacionada ao método de ensino. Diante desse panorama, essa visão despertou a curiosidade de conhecer o ensino na educação de surdos nos cursos técnicos da educação profissional e tecnológica.

Em Mato Grosso do Sul, Rafael da Silva, de 23 anos de idade, foi o primeiro aluno surdo a participar de um curso de qualificação. Ele é estudante de Agronomia e está fazendo um curso de capacitação em mecânica de máquinas agrícolas, em um curso do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAR). Rafael ainda ensina Libras para os professores e estudantes do curso. Essa história chamou a atenção para os estudos nos cursos técnicos para surdos e foi observado que há faltas de profissionais qualificados para lidar com esse público.

Para atender à demanda de trabalhadores com níveis de qualificação profissional e educação, os institutos federais de educação profissional vêm buscando diversificar cursos para elevar os níveis da qualidade da oferta, nos diversos setores da economia brasileira, realizando novas pesquisas e desenvolvendo novos processos e serviços, em colaboração com o setor produtivo.

A inclusão educacional de alunos com surdez no ensino tecnológico exige uma postura educacional e cultural diferenciada no que concerne principalmente à sua forma de comunicação, criação de materiais didáticos visuais e outras produções bilíngues, em que seja pensado o desenvolvimento global do aluno surdo, percebendo suas necessidades comunicacionais específicas, ou seja, viabilizando situações que favoreçam a sua aprendizagem (GALASSO, 2018).

Tratando da inclusão das pessoas surdas no curso de qualificação de mecânica oferecido pelo SENAI de Resende-Rio de Janeiro, no qual não havia profissionais habilitados em Libras, foi criado um curso de extensão de Libras para os profissionais do curso de mecânica. Dessa forma, os professores poderão ensinar mecânica para os alunos surdos, pelos sinais de Libras. Essa transformação começa, porque o instituto ficou engajado na preparação do curso de extensão de Libras para habilitar os profissionais do curso de técnico de mecânica.

No entanto, a inclusão deve ocorrer em diversos setores sociais e não apenas na sala de aula. Sem dúvida, a escola é um fator determinante na vida desses jovens, pois pelas atitudes

do professor ele constrói com sucesso a sua trajetória educacional e profissional. A partir da convivência diária dos professores atuante na sala de aula com alunos surdos, foi possível perceber a missão do educador em alfabetizar pessoas com esse tipo de deficiência.

Segundo Lacerda (2006, p. 166), “o modelo inclusivo sustenta-se em uma filosofia que advoga a solidariedade e o respeito mútuo às diferenças individuais, cujo ponto central está na relevância da sociedade aprender a conviver com as diferenças”. Então, a escola deve, ao menos em respeito às políticas já existentes, adequar-se para reconhecer as pessoas com deficiência como cidadãos, com direitos a uma vida com qualidade, inserida na sociedade e, especificamente, com a oferta de espaços que otimizem a estrutura física, os recursos humanos e a adequação de metodologias, a fim de atendê-las igualmente, respeitando as suas diferenças.

Partindo dos desafios acerca da inclusão do surdo, emergem alguns questionamentos: como acontecem as práticas educativas direcionadas para alunos surdos? Há professores habilitados na área educacional profissional e tecnológica? O processo de aprendizagem começa na infância e o sistema ensino se baseia na utilização de sinais, assim, a Libras possibilita uma nova forma de atendimento à criança, que possa compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria da qualidade de vida. A responsabilidade de ensinar é uma forma da escola adotar um comportamento positivo perante a sociedade e é um meio de colaborar para o bem-estar do público interno e externo.

A inserção dos surdos no mercado de trabalho é hoje um tema amplamente discutido, mostrando que a população sente a necessidade de incluir esses indivíduos na sociedade e, conseqüentemente, no mundo do trabalho. Os cursos na área de educação profissional e tecnológica devem adotar medidas para inclusão da pessoa surda nos cursos de qualificação profissional. A limitação do surdo não o impede de exercer uma profissão, pois ele possui os outros sentidos que suprirão o inexistente.

É relevante se pensar na educação da pessoa surda como um procedimento de melhoria da escola. Sabe-se que o surdo que faz parte de uma minoria linguística enfrenta um grande desafio na procura de trabalho, por isso, há uma dificuldade maior em ser internado e permanecer por um longo período.

Portanto, as pessoas com deficiência não devem ser impedidas de estudar ou de participar de todos os eventos da comunidade em que vivem, até porque é crime impedir uma pessoa de participar ativamente da sociedade, porque todo sujeito nasce livre para ir e vir.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

O objetivo geral deste artigo visa analisar a finalidade da Língua Brasileira de Sinais no Ensino Profissional e Tecnológico, contribuindo com a inclusão da pessoa surda, assim como interação entre surdos e ouvintes, por meio de utilização da Língua.

1.1.2 Específicos

Refletir sobre a inserção e influência da Libras no Ensino Profissional e Tecnológico como mecanismo da comunicação, interação, sociabilização e afetividade entre crianças surdas e ouvintes;

Abordar sobre o desenvolvimento e aprendizagem da pessoa surda de forma inclusiva por meio de ensino de Libras.

Debater sobre a contribuição e formação profissional de professores de maneira refletiva no âmbito da inclusão da pessoa surda no Ensino Profissional e Tecnológico.

2 Língua Brasileira de Sinais

Conhecida como a Lei da Libras, a Lei n. 10.436 de 2002 reconhece a Libras como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas no Brasil. Antes dessa Lei, outras reconheciam a forma diferente das pessoas surdas de se comunicar, mas não era nomeada como língua.

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor. Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia

e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

A língua define uma pessoa e a linguagem define um indivíduo. Considerando que a Língua Brasileira de Sinais é composta por uma estrutura gramatical própria e que preenche todos os requisitos linguísticos fonológicos, sintáticos e semânticos de uma língua, descarta-se o tema linguagem de Sinais. Se o povo brasileiro é definido por um idioma, que é o português, a comunidade surda brasileira é definida pela Língua Brasileira de Sinais. Trata-se, portanto, de uma língua viva e a quantidade de sinais está em aberto, podendo ser acrescentados novos sinais. Quando se diz “língua dos sinais”, fica implícito que a quantidade de sinais já está fechada, completa.

Uma vez que os surdos dependem da língua de sinais para se comunicar, é fundamental que haja acessibilidade em Libras em todos os lugares que os surdos frequentam.

Com relação a isso, no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1998), começou-se a pensar na elaboração de métodos para uma educação igualitária, sem preconceito ou qualquer outra forma de discriminação (Art. 3º, Inciso IV). Entretanto, a educação inclusiva ganhou impulso maior no ano de 1994, com a Conferência de Salamanca, que defendia o compromisso de se educar cada estudante, independentemente da origem social, étnica ou linguística, incluindo as PCDS dentro do ensino regular, sendo dever da escola adequar-se às necessidades do aluno (Marques, 2011; Meneses, 2016).

De acordo com Ronice Quadros (2014), a escola inclusiva apresenta vários problemas relatados no ensino e aprendizagem do aluno surdo, de que a Libras não é priorizada nesse sistema educacional e dá maior ênfase ao ensino regular padronizado tradicionalmente. O único problema é as línguas serem apresentadas de formas distintas na sala de aula, em que o aluno surdo é a minoria. Em média, há 2 ou 4 alunos surdos por sala contando com a interpretação para Libras, a qual o sistema de ensino considera como língua de instrução dos surdos. Frente à essa realidade, o sistema educacional evidencia que a solução de problemas com relação ao aluno surdo é a presença do profissional intérprete/intérprete educacional a traduzir a língua portuguesa para Libras ao aluno surdo, simultaneamente ou consecutivamente, o que compromete a qualidade de ensino e aprendizagem de tal estudante. Conforme Machado (2008) *apud* Goldfeld, p. 65), é necessário ter na aquisição da língua de sinais da criança surda, a presença de outras crianças surdas e seus professores bilíngues com formações adequadas ao

ensino bilíngue, preferencialmente de pessoas surdas. É nesse sentido que a filosofia bilíngue considera que o surdo pode aceitar sua surdez sem ter que seguir os padrões de uma vida semelhante à do ouvinte.

O maior risco de prejudicar a qualidade de ensino não está na imposição da língua, mas nas crenças dos educadores que acreditam que os ouvintes, sejam usuários da Libras ou não, não ingressarão na escola bilíngue, por estarem cientes da proposta imposta, da Libras como primeira língua de instrução. Os surdos, por não dominarem a língua falada, estão sujeitos à exclusão social, ou seja, se não dominarem a linguagem verbal, que é prioridade na comunicação do sujeito ouvinte, nesse ambiente, o surdo será excluído, pois ali não haverá diálogo, nem comunicação. Desse ponto de vista, percebe-se que ouvintes e surdos têm a mesma possibilidade de se desenvolver bem, tanto no aspecto cognitivo quanto no linguístico, deixando claro que ambos são capazes de conquistar um espaço no mundo do trabalho. O ser humano deve trabalhar para satisfazer suas necessidades básicas, como alimentação, vestimenta, lazer, entre outras. Por isso, a educação do ensino de Libras em todos os ambientes da escola é fundamental.

As línguas de sinais têm diferença das línguas orais pela sua modalidade gesto-visual, diferentemente da língua oral-auditiva, que emprega como meio de comunicação sons articulados percebidos pelos ouvidos. Nesse sentido, a língua de sinais não é universal, mas é uma língua natural da comunidade surda e possui estrutura gramatical própria. A alfabetização de crianças surdas na educação infantil acrescenta o compromisso das organizações com pessoas e valores humanos, bem como a preocupação com a alfabetização. A Língua Brasileira de Sinais demonstra uma postura que envolve ética e valores. A cultura oferece aos membros da comunidade acesso a soluções criadas historicamente para um modo eficiente de vida. A cultura surda não é diferente. Para os surdos que vivem em um mundo ocupado basicamente por pessoas que ouvem, soluções são necessárias para viver de forma eficiente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 trata dos direitos Educacionais de Ensino Infantil ao Ensino Superior, afirma que “a educação, é dever da família e do Estado”. Especificamente na Educação Infantil, a LDB aborda o Ensino Infantil como primeira etapa da Educação Básica, onde a mesma objetiva incentivar os desenvolvimentos de diversos aspectos da criança, como físico, psicológico, social e ainda acrescentar as atitudes tanto da família como da comunidade. A aprovação da LDB foi uma conquista para o público infantil que até então não existia uma adequação para o ensino em

cada etapa. O público infantil passou a ser visto como sendo criança e não como adulto e ser tratado como tal (LDB N° 9.394).

O desafio maior que se apresenta no momento é de formar professores do ensino técnico para atuarem no ensino superior na formação de outros profissionais para garantir o acesso e a permanência de surdos na educação. Entretanto, o processo educativo favorece não somente o professor, mas o aluno nas escolas.

3 Educação de surdos no Brasil

A educação de surdos é uma educação especial inclusiva, sendo uma realidade no ambiente escolar. A Libras é reconhecida como a segunda língua oficial do Brasil, sendo oficialmente autenticada pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dessa forma, foram possíveis as discussões sobre as necessidades a respeito das formas linguísticas das comunidades surdas e a agregação desses indivíduos na sociedade e no meio escolar.

A educação profissional é marcada pela dualidade estrutural entre escola e trabalho, em que a qualidade da educação oferecida aos filhos dos ricos e aos filhos dos pobres está diretamente ligada a essa diferença que surgiu para atender às necessidades da burguesia. Dessa forma, a educação profissional tem a sua origem histórica no âmbito de uma perspectiva assistencialista, na qual jovens em situação de mendicância eram levados para casas específicas, nas quais recebiam instrução básica e aprendiam algum tipo de ofício (Maciel, 2005; Moura, 2007).

Os profissionais da educação precisam estar capacitados para atender as necessidades dos alunos surdos. Para isso, esses profissionais precisam conhecer a cultura e a história da Língua Brasileira de Sinais, que é tão importante. No século XVIII, a educação de surdos mostra grandes avanços, com a fundação de várias escolas. Além disso, qualitativamente, a educação para eles evoluiu e com a Língua Brasileira de Sinais, eles aprendem e dominam várias disciplinas, além de exercerem diferentes profissões.

A história da educação de surdos é uma história interessante de ser analisada e compreendida. A cada dia ela evoluiu continuamente com vários impactos marcantes, no entanto, vivemos momentos históricos caracterizados por mudanças, mas também de surgimento de oportunidades. A comunidade surda já existia, voltada muito mais no tempo, uma vez que milhares de gerações antes desenvolveram conhecimentos e realizaram transformações que produziram a comunidade surda.

Pela Lei n. 10.436, a Libras foi reconhecida como língua. Esse reconhecimento foi um marco para as comunidades de pessoas surdas, visto que a sua diferença linguística foi compreendida e especificada em Lei. No Brasil, portanto, a Língua Portuguesa é a única língua oficial e outras são reconhecidas, como as línguas indígenas e a Língua Brasileira de Sinais. Lacerda (2006) ressalta a importância desse reconhecimento à Libras.

Para ter acesso ao mercado de trabalho, muitos jovens surdos precisam se profissionalizar em um curso técnico da área profissional. Sabendo dessa necessidade, a instituição de Resende-RJ, SENAI, elaborou um curso de extensão de Libras para os profissionais da área técnica de mecânica. Os profissionais da área foram capacitados no curso de Libras para trabalharem com os alunos surdos do curso de mecânica.

O curso elaborado pelo SENAI visa capacitar os profissionais da área profissional, técnica e tecnológica, a fim de proporcionar informações atualizadas. A proposta do curso de Libras terá como fundamento a ampliação da compreensão dos conceitos. O objetivo do curso é fazer com que os profissionais da educação interajam com os seus alunos surdos, conhecendo, assim, a cultura surda e sua língua em uso. O curso de extensão de Libras para profissionais da educação profissional terá carga horária de 60 horas. O curso será na modalidade presencial e com 3 horas de duração cada aula. O público-alvo é referente a profissionais da área de educação tecnológica.

No que diz respeito à gênese da educação profissional, a literatura aponta que esta foi marcada pela dualidade, ou seja, uma educação propedêutica para aqueles oriundos das classes altas e educação profissional para os menos favorecidos. Sendo assim, “[...] a Educação Profissional foi historicamente voltada para as classes populares enquanto o Ensino Superior era destinado à elite. Essa realidade persistiu e chegou na 1ª década do século XXI, apesar de atualmente ser menos perceptível” (Lima; Silva; Silva, 2015, p. 120).

É preciso aceitar a educação profissional, pois durante muitos anos as instituições de educação profissional eram vistas apenas como preparatórias de mão de obra para atender a demanda do mercado de trabalho ou a lógica capitalista. Os autores pontuam, ainda, que com a integração da educação profissional ao ensino médio, essa visão reducionista, de preparação apenas para atuar como técnico, cede lugar a uma educação promotora do desenvolvimento crítico e emancipador dos sujeitos envolvidos (Vieira; Vieira, 2014). Para que isso ocorra de fato, os autores defendem que a educação profissional deve ser orientada nos moldes da aprendizagem, sendo norteadada pela relação entre ensino-pesquisa e articulação da teoria e prática. Tal diversificação na oferta já pode ser percebida, pois nem sempre os cursos estão

diretamente atrelados ao fornecimento imediato de mão de obra e aos arranjos produtivos locais (Vago, 2015).

De fato, existe o desafio do ensino bilíngue, pois a inserção da Libras (L1) deve ser complementada pela Língua Portuguesa (L2). O professor de Libras quando executa a respectiva língua em sala de aula, inclui a criança surda por meio de seu conhecimento linguístico e suas possibilidades de expressar-se, ao mesmo tempo que ensina a criança ouvinte a compreender a língua e interagir com as crianças surdas. O autor Cananéa (2019, p. 24), fala que “para garantir um ambiente onde todos falem duas línguas é necessário que a Libras passe a fazer parte do currículo escolar para todos, não somente para o surdo e o intérprete “. Assim, a escola fortalece sua abordagem inclusiva com o objetivo de acolher todos os públicos e suas singularidades.

4 Metodologia

O presente estudo é classificado como uma pesquisa bibliográfica, pela qual discorreremos acerca da Educação dos Surdos no Brasil e sobre a Educação Profissional, narrando um breve histórico dela, a partir do que já foi fomentado na literatura, vislumbrada em artigos, livros, dissertações ou outros registros acessíveis. De acordo com Fonseca (2002, p. 32), [...] “Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”. Para a composição bibliográfica do histórico da educação profissional, utilizamos VIEIRA; VIEIRA, (2014), LIMA; SILVA; SILVA (2015), CONIF (2018), HOLOVIEIRA (2015) e para um aprofundamento sobre a educação dos surdos no Brasil, utilizamos Brasil (2005), GALASSO (2022), ROCHA (2018) e STROBEL (2009).

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com objetivo descritivo. Segundo Prodanov; Freitas (2013), utiliza-se a pesquisa descritiva “quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles”. Porém, a ciência aqui exercitada tem papel no levantamento de informações ou ausência delas. Isso pode exercer influência nos pares no sentido de modificar a realidade associada ao registro de informações sobre acesso de surdos à educação profissionalizante.

Por fim, consideramos que a Libras não é somente a língua dos surdos, mas uma alternativa de inclusão para pessoas surdas e ouvintes no Ensino Profissional Tecnológico, vista como mecanismo da comunicação, interação, socialização e afetividade, que deve ser colocada em prática na escola, na família e na sociedade em geral. O professor ao utilizar a Libras está

incluindo a pessoa surda no ambiente escolar e ao mesmo tempo facilitando o convívio entre ambos. Para tanto, é fundamental que a escola apresente um sistema educacional direcionado para a Educação Inclusiva, englobando a Libras como alternativa de inserção e preparação para a vida em sociedade, propondo estratégias, facilitando o convívio e fortalecendo o respeito entre as pessoas surdas e ouvintes, adquirindo mais cedo sua autonomia, auto confiança e independência.

5 Resultado da pesquisa

O presente artigo evidencia a importância da capacitação em um curso de Libras para os profissionais da educação profissional. O surdo tem direito garantido por lei de se inserir na educação profissional e tecnológica, em busca da profissão adequada, para, dessa forma, poder entrar no mercado de trabalho com habilidades desenvolvidas na profissão escolhida.

Pelos dados analisados nesta categoria - quanto ao curso escolhido -, detectamos que houve uma diversidade de cursos que compuseram as escolhas dos estudantes surdos. Esse é um indicativo de que qualquer curso, como por exemplo, o de canto, pode receber um aluno com surdez. Logo, as instituições educacionais precisam continuar ofertando formação aos profissionais, para que esses possam, realmente, trabalhar numa perspectiva de inclusão dos discentes surdos, no sentido pleno, de potencializar as habilidades e conhecimentos de maneira constante. Isso ocorre, porque compreendemos que estamos imersos em uma profissão cuja necessidade de preparação para receber todos os alunos é constante e constitui um direito previsto em lei.

De acordo com Rocha (2008), o histórico educacional de surdos dos últimos quatro séculos foi marcado por embates entre religiosos católicos e protestantes europeus a respeito dos métodos de ensino a serem utilizados com as pessoas surdas. A causa da perda auditiva e o grau de surdez eram os fatores determinantes na escolha do método a ser aplicado. A finalidade educativa era a de reintegrar as pessoas surdas à sociedade como pessoas ouvintes, entendidas como aquelas que não compartilham das experiências visuais como os sujeitos surdos (Lima, 2015).

Oliveira e Vecchia entendem que nas escolas, em geral, ainda se utiliza livros ou outros materiais que nada têm a ver com a cultura e necessidade de determinados estudantes e que, em decorrência desse fato, segundo as autoras, é preciso enfatizar “a necessidade da produção de materiais didáticos pautados na real condição linguística e cultural dos alunos” (Oliveira; Vecchia, 2019, p. 30).

Cumpra-se, portanto, para a falta de conhecimento existente a respeito da Cultura Surda e das experiências visuais que decorrem dela tanto no planejamento pedagógico, quanto na metodologia utilizada pelos professores que lecionam para alunos surdos, de modo que tais iniciativas ainda carecem de um entendimento “a partir da perspectiva visuoespacial e que venha ao encontro da cultura visual surda” (Witkoski, 2014, p. 43).

6 Conclusão

O presente artigo permeia no próprio curso de pós-graduação de Libras, constituindo-se em uma parceria que fez surgir o desejo de aprofundar o conhecimento na formação profissional e técnica da pessoa surda. Dessa forma, a proposta educacional intitulada “A Libras na Educação Profissional e Tecnológica” se constitui como uma ação de caráter interventivo, cujo intento foi beneficiar o processo de ensino-aprendizagem, pela utilização da Libras no curso técnico de mecânica, levando-se, assim, em conta, a diversidade presente no cotidiano escolar.

A instituição SENAI de Resende-RJ recebeu alunos surdos no curso técnico de mecânica. Para ajudar esses alunos, o instituto criou um curso de extensão de Libras para os profissionais da área técnica do curso. A organização comprometida com o futuro de seus jovens terá uma função facilitadora, para que eles possam conquistar as mais amplas condições de contribuição ativa para o mercado de trabalho.

Segundo Lacerda (2006, p. 166), “o modelo inclusivo sustenta-se em uma filosofia que advoga a solidariedade e o respeito mútuo às diferenças individuais, cujo ponto central está na relevância da sociedade aprender a conviver com as diferenças”. Então, a escola deve, ao menos em respeito às políticas já existentes, adequar-se para reconhecer as pessoas com deficiência como cidadãos, com direitos a uma vida com qualidade, inserida na sociedade, especificamente, com a oferta de espaços que otimizem a estrutura física, os recursos humanos e a adequação de metodologias, a fim de atendê-las igualmente, respeitando as suas diferenças.

Com isso, as pessoas ouvintes também aprendem uma nova língua, que é usada por uma comunidade surda e tem a sua própria cultura surda. Portanto, conclui-se que a melhor forma de ajudar o aluno é demonstrar que ele é capaz de superar essa deficiência e progredir pessoal e profissionalmente. Enfatiza-se o recurso mobilizador, a união de forças entre a família e a escola, afeto e reflexão para fomentar o desenvolvimento da autoestima e da responsabilidade com os outros e o meio ambiente, objetivos fundamentais da educação em uma escola comprometida com a formação da identidade surda. Por se tratar de um tema atual e relevante, novos estudos e pesquisas são importantes, pois não se esgotam aqui.

Nesse sentido, este estudo pode subsidiar debates sobre a reorientação do currículo escolar com base na educação inclusiva, bem como a necessidade da qualificação pedagógica permanente dos docentes. Enfim, espera-se que este artigo possa construir um auxílio relevante para a conscientização dos futuros educadores.

Referência

BRASIL. **Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10436.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2021.

BRASIL, Ministério de Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, DF, Ano CXLII, 2005, p. 28.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CANANÉA, Leandro Batista. O Uso da Libras Na Educação Infantil: Uma Experiência inclusiva no Projeto Aponte. 2019. Trabalho de Conclusão (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal Da Paraíba. João Pessoa, 2019.

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Conif divulga selo comemorativo dos 10 anos dos Institutos Federais.** Disponível em: <http://portal1.iff.edu.br/reitoria/noticias/conif-divulga-selocomemorativo-dos-10-anos-dos-institutos-federais>. Acesso em 3 de out. 2018.

GALASSO, Bruno José Betti et al. Processo de Produção de Materiais Didáticos Bilíngues do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Revista brasileira de educação especial. Instituto Nacional de Educação de Surdos: vol.24, n.1, pp.59-72, nov. 2018.. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-65382418000100006>. Acesso em: 30 de ago. de 2022.

GOLDFIELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista**. 2. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

HOLOVIEIRA, Marilandi Maria Mascarello; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Produção de Conhecimentos na Educação Profissional. **HOLOS**, Instituto Federal de Ciências. v. 2, p. 24-36, mar. 2014; v. 4, p. 119-129, dez. 2015.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. *Caderno CEDES*, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, set. 2006.

LIMA, Erika Silva; SILVA, Francisca Natália; SILVA, Lenina Lopes Soares. Educação profissional para os jovens nas políticas educacionais da 1ª década do século XXI. **HOLOS**, v. 4, p. 119-129, 2015.

LIMA, C. M. de. **Educação de Surdos: desafios para a prática e formação de professores**. Rio de Janeiro. Wak Editora, 2015.

MACHADO, Erica Esch; TEIXEIRA, Dirceu Esdras; GALASSO, Bruno José Betti. Concepção do Primeiro Curso Online de Pedagogia em uma Perspectiva Bilíngue Libras Português. **Revista Brasileira de Educação Especial**, (online) v. 23, n. 1, p. 21-36, 2017. Acesso em: 30 de ago. de 2022.

MACIEL, Claudia Monteiro. **O lugar da escola técnica frente às aspirações do mercado de trabalho**. 2005. Dissertação (Mestrado em antropologia e sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MARQUES, S. C. M. **O processo de inclusão e as dificuldades do professor na sua aplicabilidade em sala de aula**. 2009. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) - UAB/UnB, Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Luciana; LIMA, Ivonaldo. As concepções da surdez na voz dos intérpretes de LIBRAS. Revista Educação Especial, 32, e96/ 1-21, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X38515>. Acesso em: 30 de ago. de 2022.

ROCHA, S. O INES e a educação de surdos no Brasil. **Nome da revista**, Revista Espaço, v. 2, n. 1. Jun. 2008.

Rocha, S. (2008). O INES e a educação de surdos no Brasil. 2(I). INES.

STROBEL, Karin Lilian; FERNANDES, Sueli. **Aspectos linguísticos da Libras**. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

WITKOSKI, S. A.; DOUETTES, B. B. (2014). Educação bilíngue de surdos: implicações metodológicas e curriculares. In: Andreis-Witkoski, S. & Filietaz, M. R. P. (orgs.) Educação de Surdos em Debate, 41-50. EDUTFPR.